

CMN deve aprovar hoje a conversão da dívida

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reúne-se hoje, a partir de 15h00, para aprovar o projeto de conversão da dívida externa em investimentos diretos e um sistema de financiamento de longo prazo para as empresas. Ao anunciar ontem os dois principais assuntos em pauta, o ministro da Fazenda e presidente do CMN, Luiz Carlos Bresser Pereira, previu que "haverá uma grande demanda por conversões da dívida contra uma quantidade pequena de recursos disponíveis pelo Banco Central".

Mas este problema, segundo o ministro, será resolvido "pela via do mercado", uma vez que o projeto de conversão da dívida preparado pelo Banco Central prevê a sua realização em leilões públicos. Assim, conforme acrescentou, haverá "uma interferência mínima possível do Governo no processo, o que é muito importante porque, frente à grande demanda por conversão e a pequena quantidade de recursos no momento, se isso ficasse centrado nas mãos do Banco Central ou do Ministério da Fazenda, haveria pressões por corrupção o que não ocorrerá no processo de mercado".

Pela proposta do Banco Central, a conversão das dívidas em cruzados será estimulada nas áreas de exportação, turismo, inovação tecnológica e outros projetos considerados prioritários. Contará mais pontos no leilão, além dos descontos oferecidos pela proposta de conversão, os projetos destinados àquelas áreas que estiveram previamente credenciadas pela Embratur (turismo), Befilx (expor-

tações), Finep (inovação tecnológica) e Bndes (outros julgados prioritários), organismos que, juntamente com o Banco Central, acompanharão e fiscalizarão a sua execução. Estima-se no BC que poderão ser convertidos anualmente de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2,5 bilhões, se houver interesse e disponibilidade de recursos.

O alongamento dos financiamentos ao setor privado, outra importante medida a ser apreciada pelo CMN, implicará em alteração na atual sistemática do compulsório sobre depósitos à vista recolhido pelos bancos ao Banco Central, hoje de 45% em média, e que será reduzido. Pela proposta do Ministério da Fazenda, os financiamentos para longo prazo, consideradas as aplicações acima de 180 dias, deverão ser feitos a uma remuneração de 6% de juros ao ano, mais variação da OTN. A idéia é destinar 10% dos recursos do compulsório a esses financiamentos.

O CMN deverá examinar também dez votos que autorizam a Caixa Econômica Federal a realizar operações de créditos a prefeituras, retirados da reunião do último dia 29 pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Luiz Humberto Prisco Viana. Naquela reunião, o ministro pediu vistas dos processos por considerar-se "um estreante" (assumira o cargo dias antes), mas ontem ele manteve à tarde longa reunião com o ministro Bresser Pereira, solicitando que os votos sejam reintroduzidos na pauta de hoje.

17 NOV 1987

JORNAL DE BRASILIA